



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0041118-3

COMARCA: São José do Egito

AGRAVANTE: José Gomes Galdino

AGRAVADO: Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de São José do Egito

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

5714
EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE APELAÇÃO DECLARADO DESERTO. PEDIDO DE RELEVÇÃO DA PENA APLICADA. PLEITO NÃO APRECIADO PELO JUÍZO A QUO. APRECIÇÃO QUE SE REVELA NECESSÁRIA, EVITANDO-SE POSTERIOR ARGÜIÇÃO DE CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. PRECEDENTE DO STJ. DESNECESSIDADE DE DEVOLUÇÃO DOS AUTOS AO JUÍZO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA. PRETENSÃO EM CONDIÇÕES DE IMEDIATO JULGAMENTO. INEXISTÊNCIA, NO CASO, DO JUSTO IMPEDIMENTO APTO A ENSEJAR A RELEVÇÃO DA PENA DE DESERÇÃO. PEDIDO INDEFERIDO, MEDIANTE APLICAÇÃO DO EFEITO EXPANSIVO. 1. Na espécie, trata-se agravo de instrumento aforado contra despacho por meio do qual o Juízo de origem absteve-se de apreciar pedido de relevção de pena de deserção (anteriormente imposta em virtude da ausência de preparo quando da interposição de recurso de apelação), por considerá-lo inadequado e inoportuno, entendendo haver mecanismo recursal próprio, previsto na legislação processual, para desafiar a imposição da referida pena. 2. Sobre a hipótese, e a fim de evitar posterior argüição de cerceamento do direito de defesa – comprometendo a legitimidade do julgado –, entendeu-se que o Juízo *a quo* deveria ter se pronunciado sobre o mérito do pedido de relevção da pena de deserção. 3. Encontrando-se o pleito em condições de imediato julgamento – por não depender de produção probatória –, consignou-se que a pretensão da parte impetrante (vencida em 1º grau), ora agravante, não merece acolhimento. 4. Com efeito, da análise dos autos, verificou-se que a parte agravante não demonstrou o justo impedimento para a não exibição da guia de preparo simultaneamente com a petição recursal. 5. Pedido de relevção da pena de deserção indeferido. 6. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Processo nº 0041118-3, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, por unanimidade dos votos, em indeferir o pedido de relevção da pena de deserção (aplicada pelo Juízo de 1º grau por ocasião do oferecimento de recurso de apelação em mandado de segurança), nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 20 de maio de 2010 (data do julgamento).

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0041118-3

COMARCA: São José do Egito

AGRAVANTE: José Gomes Galdino

AGRAVADO: Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de São José do Egito

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **Agravo de Instrumento** interposto contra decisão proferida pelo Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de São José do Egito, que, nos autos do Mandado de Segurança nº 0366/97, deixou de apreciar o pedido de relevação da pena de deserção, decretada por ocasião do ajuizamento de recurso de apelação.

Em breve retrospecto, anoto que, na origem, o magistrado responsável pelo processamento do *mandamus* subjacente ao presente agravo julgou improcedente a pretensão ali formulada pela parte impetrante (ora agravante), razão por que o vencido interpôs o recurso de apelação que se vê, em cópia, às fls. 27/30.

Em juízo de admissibilidade recursal, o magistrado sentenciante observou que o recorrente deixou de efetuar o preparo do apelo, motivo pelo qual julgou deserto o recurso (cf. decisão às fls. 31/33).

Nesse cenário, a parte apelante peticionou nos autos, pugnando pela relevação da pena de deserção, alegando, em suma, que o mandatário que a representa, *"viu-se impedido de realizar o preparo prévio, tendo em vista ter sido acometido de pneumonia grave aguda (...), tendo sido, ainda, surpreendido pelo excesso de zelo de sua secretária que, ao verificar a data limite aposta às razões de Apelação e sem ter conhecimento (por este grau de conhecimento não lhe ser exigível) do dever do preparo recursal e aliado ao anunciado recesso forense combinado com o fato de nossa incomunicabilidade por motivo da doença, fez a entrega ao Cartório do 1º Ofício do supracitado recurso"*.

Na seqüência, o Juízo *a quo* proferiu o despacho ora agravado (v. fl. 35), deixando de apreciar o pedido de relevação da pena de deserção, por entender que o pleito disporia de recurso próprio previsto na legislação processual.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

Inconformado, o impetrante ajuizou o agravo sob apreço, sustentando, em síntese, que o Juízo *a quo* deveria ter se pronunciado sobre o aludido pedido de relevação, sob pena de acarretar a nulidade do processo.

Nessa perspectiva, pugnou pelo provimento deste recurso instrumental, para o fim de que fosse apreciado o pedido, com a conseqüente relevação, por justo impedimento, da pena de deserção.

Às fls. 47/49, a parte recorrida ofereceu resposta, requerendo o improvimento do agravo.

A douta Procuradoria de Justiça opinou pela manutenção da decisão impugnada (cf. fls. 52/54).

Após diversas redistribuições, vieram-me os autos conclusos.

É o essencial a relatar. Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 10 de maio de 2010.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0041118-3

COMARCA: São José do Egito

AGRAVANTE: José Gomes Galdino

AGRAVADO: Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de São José do Egito

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

Conforme antedito, cuida-se de agravo de instrumento aforado contra despacho por meio do qual o Juízo de origem absteve-se de apreciar pedido de relevação de pena de deserção (anteriormente imposta em virtude da ausência de preparo quando da interposição de recurso de apelação), por considerá-lo inadequado e inoportuno, entendendo haver mecanismo recursal próprio, previsto na legislação processual, para desafiar a imposição da referida pena.

Na espécie, e a fim de evitar posterior arguição de cerceamento do direito de defesa – comprometendo a legitimidade do julgado –, entendo que o Juízo *a quo* deveria ter se pronunciado sobre o mérito do pedido de relevação da pena de deserção anteriormente aplicada.

Nesse sentido, já se manifestou o Superior Tribunal de Justiça:

“PROCESSUAL CIVIL. JULGAMENTO PROFERIDO ANTES QUE HOUVESSE SIDO APRECIADO PEDIDO DE RELEVÇÃO DE PENA DE DESERÇÃO, MANIFESTADO POR UMA DAS PARTES.

Hipótese em que se tem por contrariada a norma do art. 519, parágrafo 1º, do CPC, configurando a omissão cerceamento de defesa que compromete de forma irremediável o julgado.

Provimento do recurso especial, para o fim de anular-se a decisão recorrida, determinando-se que outra seja proferida, após dirimido o incidente.”

(REsp 822/SP, Rel. Min. Ilmar Galvão, Segunda Turma, julgado em 18/10/1989, DJ de 18/12/1989).

Todavia, esse entendimento não conduz ao acolhimento do recurso, com a devolução dos autos ao Juízo de 1º grau, para que ali seja apreciado o pedido de relevação da pena de deserção.

Com efeito, penso que o pleito encontra-se em condições de imediato julgamento – por não depender de produção probatória –, sendo desnecessária a remessa



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

dos autos à instância *a quo*, para que o Juízo de origem se pronuncie sobre o mérito do pedido de relevação da pena de deserção.

Nessa perspectiva, passo a apreciar o aludido pedido e, na espécie, adianto que a pretensão da parte impetrante (vencida em 1º grau) não merece acolhimento.

Deveras, reitero que, em juízo de admissibilidade recursal, o magistrado sentenciante observou que o recorrente deixou de efetuar o preparo do apelo, motivo pelo qual julgou deserto o recurso (cf. decisão às fls. 31/33).

Com isso, o apelante peticionou nos autos, pugnando pela relevação da pena de deserção, alegando, em suma, que o mandatário que a representa, "*viu-se impedido de realizar o preparo prévio, tendo em vista ter sido acometido de pneumonia grave aguda (...), tendo sido, ainda, surpreendido pelo excesso de zelo de sua secretária que, ao verificar a data limite aposta às razões de Apelação e sem ter conhecimento (por este grau de conhecimento não lhe ser exigível) do dever do preparo recursal e aliado ao anunciado recesso forense combinado com o fato de nossa incomunicabilidade por motivo da doença, fez a entrega ao Cartório do 1º Ofício do supracitado recurso*".

Pois bem.

Da análise dos autos, observo que em 09/12/1997 restou prolatada a sentença (de improcedência) nos autos do mandado de segurança subjacente à presente controvérsia, sendo certo que, em 19/12/1997, foi protocolado o respectivo recurso de apelação.

Nesse mesmo dia 19/12/1997, o Juízo de primeira instância proferiu decisão julgando deserto o apelo, tendo em vista a ausência de preparo recursal.

Em 29/12/1997, o advogado da parte apelante tomou ciência da decisão acima descrita, aforando, naquele mesmo dia (29/12/1997), pedido de relevação da pena de deserção, sob os fundamentos alhures transcritos.

Em 28/01/1998, sobreveio o despacho ora agravado.

In casu, não visualizo o justo impedimento apto a ensejar a relevação da pena de deserção.

Nesse contexto, nem a declaração trazida (em cópia) à fl. 37, nem o atestado juntado (também em cópia) à fl. 38, se prestam a configurar a existência de justo impedimento à realização do preparo recursal.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

De fato, inexistiu, no caso, justificativa razoável para que o apelo tenha sido apresentado dentro do prazo legal, desacompanhado do correspondente preparo.

Os argumentos segundo os quais o impetrante estaria viajando (fl. 37) e o seu patrono estaria afastado do trabalho por motivo de doença (fl. 38) não consubstanciam justo impedimento para a efetivação do mencionado preparo.

Conforme bem anotou o Procurador de Justiça que atuou no feito nesta instância recursal, o advogado da parte apelante, em 18/12/1997, foi diagnosticado com pneumonia bacteriana não especificada, porém, no dia seguinte, em 19/12/1997, ajuizou o recurso de apelação sobre o qual incidiu a pena de deserção.

Tenho por igualmente inconsistente a alegação, sustentada pelo referido advogado, de que sua secretária, *"ao verificar a data limite aposta às razões de Apelação e sem ter conhecimento (por este grau de conhecimento não lhe ser exigível) do dever do preparo recursal e aliado ao anunciado recesso forense combinado com o fato de nossa incomunicabilidade por motivo da doença, fez a entrega ao Cartório do 1º Ofício do supracitado recurso"*.

Assim é que *"Não se patenteia efetivamente o alegado justo impedimento. A omissão da assistente do escritório não constitui motivo bastante para isentar o verdadeiro responsável pela providência, que é o advogado. Ocorrendo a falha, ela recai na pessoa do causídico, pois somente ele responde pelas atividades que lhe são peculiares"* (REsp 335.333/AL, Rel. Min. Barros Monteiro, Quarta Turma, julgado em 09/10/2001, DJ de 11/03/2002).

Ante o exposto, cuido que a parte agravante não demonstrou o justo impedimento para a não exibição da guia de preparo simultaneamente com a petição recursal, razão pela qual – mediante aplicação do efeito expansivo – indefiro o pedido de relevação da pena de deserção.

É como voto.

Recife, 20 de maio de 2010.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator